



CÁTEDRA UNESCO MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA
1º Semestre - 2016

Curso de Extensão Universitária

**AS REDES E AS RUAS:
OS NOVOS TERMOS DO JOGO POLÍTICO E SOCIAL**

Inscrições abertas

Apresentação

Nas últimas três ou quatro décadas, as sociedades humanas ingressaram em uma forma de vida marcada pela rapidez das mudanças, pela fragmentação dos interesses, pela individualização e pela conectividade intensiva. O capitalismo, globalizado e turbinado, amplia sua presença no mundo sem encontrar contestações cabais. O mercado torna-se preponderante, ainda que não possa dispensar a intervenção reguladora do Estado. O sistema internacional de Estados evolui sem um centro claro de organização e a vida coletiva e individual perde referências e possibilidades efetivas de coordenação. O novo modo de vida nos assusta e nos desafia, põe em xeque muitas de nossas convicções, de nossos hábitos, de nossos padrões de pensamento, de organização e de ação. Como outras eras revolucionárias, a que se constitui aos nossos olhos traz consigo sofrimento e ao mesmo tempo paradoxalmente euforia: medo e sensação de liberdade. A ambivalência e a incerteza são impulsionadas por uma espécie de esgotamento dos parâmetros disponíveis para se agir no mundo e, também, pelo modo como o mundo se movimenta: aceleradamente, fora de controle, sem padrões, sacudido por espasmos sucessivos de crise e transformação.

Esta forma emergente de vida ainda é uma incógnita, mesmo que esteja sendo discutida e interrogada intensamente. O que perdemos e o que estamos a ganhar com ela? Quais suas determinações? Que processos sociais, políticos, econômicos e culturais prevalecem e comandam? Com que bagagem ideológica estamos ingressando nela? Podemos continuar explicando o mundo com as mesmas categorias e teorias de antes?

Tal situação está pondo por terra boa parte dos arranjos institucionais com que a modernidade se projetou. Impulsiona novas modalidades de ação política e protesto, estimulando uma conflitualidade social que já não consegue mais se estruturar somente a partir de alinhamentos ideológicos e posicionamentos de classe. Movimentos de novo tipo, redes sociais, formas inusitadas de ativismo e contestação, postulações de direitos e lutas por reconhecimento e identidade preenchem os espaços que antes eram ocupados predominantemente por sindicatos, partidos políticos e agendas restritas.

Sociedades, cidadãos e grupos tornam-se sempre mais midiáticos. Os governos, por sua vez, perdem potência propositiva e passam a ter mais dificuldades para oferecer respostas aos cidadãos. O mundo da representação política parece se descolar das dinâmicas sociais e estas, por sua vez, passam a incentivar um “desejo de participação” que se materializa à margem do sistema político, e muitas vezes contra ele.

Instigadas pela sociabilidade contemporânea, por sua dinâmica individualizante e reflexiva tanto quanto por sua efervescência desigual e competitiva, as identidades tendem a se manifestar sobretudo como “resistência”, sem conseguir se traduzir como “projeto”. Algo semelhante passa-se com os Estados e os sistemas políticos: eles persistem como principal arena da política, mas a cada dia parecem ter menos capacidade de controlar as fontes que geram as mudanças, os conflitos e os problemas sociais.

O futuro parece hoje suspenso no ar, tragado pela diluição das esperanças e das utopias, pela reiteração incessante das desigualdades, pelos poderes que ferem e corrompem mas são pouco produtivos.

Por debaixo da crise, modalidades novas de fazer e de pensar a política vão sendo desenhadas e praticadas. Um questionamento político da política insinua-se aqui e ali, como uma voz que anuncia tempos menos sombrios ou letárgicos. Tal questionamento parte de um suposto: a política é mais forte do que o político, mas não está conseguindo se impor a ele nem direcioná-lo. O mundo político está deixando a desejar: rende pouco, custa caro, produz mais insatisfação e repulsa que resultados efetivos. A política, porém, respira e encontra novos caminhos. Fóruns ampliados de negociação, novas modalidades de gestão e de deliberação, ativismos de novo tipo e protagonismos surpreendentes parecem sugerir uma superação do monopólio dos especialistas e uma abertura da estrutura de tomada de decisões. A cibermilitância projeta-se e se combina com novas formas de ação e organização política.

Em sociedades cortadas por desigualdades profundas, pela mudança acelerada e pela democratização dos relacionamentos, nas quais se manifestam diferentes reivindicações, a luta por justiça e direitos – a luta por reconhecimento e dignidade – amplia-se e tende a se tornar sempre mais estratégica. De que modo esta luta insere-se no quadro institucional da democracia representativa? Pode ela se proclamar autônoma e independente das formas e dos atores políticos tradicionais? Sua reiteração e expansão sugerem algum germe de inovação nas práticas políticas?

As pessoas querem agir, fazer coisas eticamente direcionadas, mas não querem se envolver com “política” e partidos. No contexto atual, ainda é possível pensar nos partidos como usinas de inovação e de organização de consensos, como base de novas formas de poder e polos de atração da cidadania? Como partidos e parlamentos se relacionam com os movimentos e as práticas políticas que surgem por fora deles, no campo mais amplo do social e seguindo lógicas específicas? Partidos, políticos e parlamentos: o que ainda podemos esperar deles?

Na modernidade tardia e de alta reflexividade, os indivíduos se reúnem para tentar encontrar novas certezas e tomar decisões que os ajudem a escrever suas próprias biografias. Esgotam-se os modelos, crescem dúvidas e dilemas, as agendas permanecem abertas, sofisticam-se as interações discursivas. Discute-se o tempo todo, num quadro de postulações exacerbadas e de

desejo de participação. Identidades e consensos são assim problematizados, a ambivalência chega ao centro do palco. As velhas formas, instituições e certezas da política são desafiadas e postas à prova, mas tudo, ao mesmo tempo, se repõe e se recria. A política já não pode mais ser a mesma, mas não tem como ser sumariamente desalojada do âmago da vida social.

O curso **As redes e as ruas: os novos termos do jogo político e social** pretende desenvolver uma agenda teórica que sirva de base para uma reflexão a respeito desta situação, focalizando em particular o modo como movimentos sociais, redes e ações de protesto estão a se projetar na cena latino-americana atual e ajudando a formatar o universo da política e da democracia.

A Cátedra

A **Cátedra UNESCO Memorial da América Latina** foi criada em 2006 dentro do Centro Brasileiro de Estudos da América Latina – CBEAL, para apoiar diretamente a construção do saber latino-americano por meio de uma importante parceria do Memorial com as três universidades públicas paulistas – USP, UNESP e UNICAMP – objetivando construir matrizes de pensamento e formar especialistas em questões contemporâneas do Continente.

Catedrático

O Curso será coordenado pelo Catedrático **Prof. Dr. Marco Aurélio Nogueira** (UNESP / IPPRI – Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais), com a participação de especialistas convidados, conforme o programa abaixo indicado.

Marco Aurélio Nogueira - Bacharel em Ciências Políticas e Sociais pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1972) e Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (1983). Pós-doutorado na Universidade de Roma, Itália (1984-1985). Livre-docente e Professor Titular pela Universidade Estadual Paulista-UNESP. É colunista do jornal O Estado de S Paulo. Tem experiência na área de Ciência Política e de Gestão Pública, trabalhando principalmente com os temas: teoria política, reforma do Estado, democracia, sociedade civil, globalização, modernidade e integração latino-americana. Atualmente é Professor Titular da Universidade Estadual Paulista-UNESP, professor do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (Unesp Pucsp Unicamp) e Coordenador Científico do Núcleo de Estudos e Análises Internacionais-NEAI, vinculado ao Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais-IPPRI da UNESP, instituição da qual foi Coordenador Executivo (2012-2015).

Currículo Lattes:

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4780287P6>

Programa do Curso

I. 30 de março - Modernidade em crise, governos impotentes, vida fora de controle.

Marco Aurélio Nogueira (UNESP/IPPRI)

Um tsunami alcançou as sociedades contemporâneas. Fraquejam os arranjos institucionais com que a modernidade se projetou, a conflitualidade social já não se estrutura somente a partir de alinhamentos ideológicos e postulações classistas. Movimentos de novo tipo, redes sociais, formas inusitadas de ativismo e contestação, lutas por direitos, reconhecimento e identidade preenchem os espaços que antes eram ocupados predominantemente por sindicatos e partidos políticos. Sociedades, cidadãos e grupos tornam-se sempre mais midiáticos. Os governos, por sua vez, perdem potência propositiva e passam a ter mais dificuldades para oferecer respostas aos cidadãos. O mundo da representação política parece se descolar das dinâmicas sociais e estas, por sua vez, passam a incentivar um “desejo de participação” que se materializa à margem do sistema político, e muitas vezes contra ele.

II. 06 de abril - Limites e dificuldades do debate público democrático.

Carlos Melo (Insper)

Polarizações estereis, mídias sociais exacerbadas, personalização e espetacularização midiática corroem e travam o debate democrático. Com isso, a Grande Política – as ideias e os projetos – perde espaço para a “pequena política”. A democracia e a governança democrática declinam, juntamente com o cidadão politicamente educado. Em um cenário de poucas certezas e de redução da força de partidos e ideologias, as disputas democráticas tendem a ser cortadas por polarizações políticas magnetizadas por dinâmicas eleitorais e lutas por poder. A agenda encorpa, ganha peso estratégico, mas não consegue ser processada politicamente.

III. 13 de abril - Representação, participação e políticas públicas.

Marco Antonio Carvalho Teixeira (FGV-SP)

Pede-se representação de melhor qualidade e também “menos” representação, em benefício de formas mais intensas de participação. O cidadão quer ser “empoderado” e um consenso em formação sugere que as políticas públicas podem melhorar se a participação crescer. Em que medida se pode sustentar esta posição? Há uma “crise” da representação ou estamos a assistir à reconfiguração deste instituto, que perde seus operadores principais (os partidos), é problematizado pelo fortalecimento da personalização midiática da política e se amplia para além do universo restrito do sistema político e eleitoral?

IV. 20 de abril - A democracia em transformação e o refluxo dos partidos políticos.

Milton Lahuerta (Unesp)

A democracia política se transforma, como valor e como sistema. Já não há mais tanta certeza de que os partidos políticos devam ser seus principais sujeitos e operadores. Além da postulação de mais autonomia e liberdade de escolha por parte dos cidadãos, há também um processo objetivo de desconstrução dos partidos. A fragmentação social e a individualização progressiva da sociedade têm produzido impacto forte sobre a vida partidária, como que tirando suas bases de sustentação. Os partidos continuam a ser os principais personagens da política instituída, mas dialogam cada vez menos com os cidadãos. Como pensar a política a partir destes dados? Que tipo de partido poderá preencher o vazio organizacional e de representação que parece impregnar a democracia atual?

V. 27 de abril – Cultura cívica, intolerância e democracia: de que modo estamos protestando?

Maria Alice Rezende de Carvalho (PUC-RJ)

As políticas de transferência de renda não têm alterado o círculo vicioso da pobreza urbana, na medida em que grandes áreas urbanas permanecem destituídas de equipamentos e serviços públicos. A chegada das grandes massas ao mercado de crédito se fez juntamente com o deslocamento da provisão pública dos “bens de cidade” para a esfera privada, com o fortalecimento do capital financeiro e da mercantilização da cesta básica de direitos. As exigências de uma cidade igualitária vêm sendo abandonadas. O descontentamento político que se pode ver no movimento das ruas liga-se a esta situação, na qual se constatam uma falência das instituições urbanas e uma sensação de desatendimento das expectativas quanto ao viver em cidade. A (des) organização do espaço, a sofrível oferta de serviços públicos, a individualização do acesso a bens de cidadania, a mercantilização, a exclusão mostram a dificuldade que a democracia tem tido de prover uma cidade livre e justa.

VI. 04 de maio - Cidades, periferias, conflitos.

Gabriel de Santis Feltran (Ufscar)

O capitalismo globalizado e informacional reorganiza as cidades. Valoriza as áreas centrais e promove forte deslocamento para as periferias urbanas, que, por sua vez, são levadas a se reinventar, seja como *locus* de convivência e usina de novos sujeitos, seja como arena de conflitos políticos e sociais. É nas periferias, também, que se manifesta de modo mais claro a violência policial. Nelas, acompanhando o padrão vigente no capitalismo, afirma-se um processo de “monetização” dos relacionamentos e dos conflitos. É sempre mais necessário analisar com rigor as periferias urbanas, ir além da representação que as vê como espaços homogêneos dominados pela criminalidade. Quantas periferias há na periferia? O que mudou nelas, como estão a se reorganizar? Como anda o relacionamento das periferias urbanas com as cidades e os poderes municipais? Faz-se política nas periferias?

VII. 11 de maio – Mesa-redonda: Formas e possibilidades de participação: redes e mídias sociais.

Marisa Von Bülow (UnB) & Pablo Ortellado (USP)

A sociedade-rede impõe-se como parâmetro reflexivo, da vida, dos negócios e da política. Nela, a internet, os softwares livres, os celulares e as TICs ocupam lugar decisivo. As redes sociais crescem de forma permanente, conectando indivíduos, grupos e multidões, ligando países e continentes. A tecnologia se torna abertamente política: recurso decisivo para a ação política e a contestação. Impulsiona a formação do que tem sido chamado de “redes de indignação e esperança”. Movimentos emblemáticos como as manifestações de junho de 2013 no Brasil, o movimento espanhol 15M e o #YoSoy123 no México, o Occupy Wall Street e as revoltas da Primavera Árabe chamam atenção. Há algo de comum entre eles? O que estão a dizer? A centralidade adquirida pelas redes de comunicação digital faz com que elas formatem a ação coletiva e se tornem sempre mais estratégicas para as lutas em defesa da democracia, da igualdade e da liberdade.

VIII. 18 de maio - Entre classes, identidades e instituições: movimentos sociais na América Latina.

Maria da Gloria Gohn (FE/Unicamp)

O capitalismo globalizado e informacional está pondo em xeque estruturas e modos de vida social. Na sociedade por ele impulsionada, tudo está submetido à crítica e à rejeição, particularmente no campo da política, mesmo porque nada do que está instituído parece funcionar ou atender às expectativas sociais. Ao passo que se apoiam algumas variantes de desenvolvimentismo, põe-se em dúvida o valor do desenvolvimento. Ideias de sustentabilidade circulam com intensidade, mas não se traduzem com facilidade em termos práticos. Direitos são afirmados e reafirmados de forma ampliada, mas encontram barreiras para sua afirmação. O “ódio” aos políticos se combina com o sentimento de que a política é inútil e “criminosa”, o que dificulta a valorização da ação política e as lutas por emancipação, direitos e bem-estar. Os movimentos sociais ganharam maior força. Expressam interesses, direitos e valores, em boa medida reinventam a política. Dão mais ênfase a postulações de identidade e a direitos do que a alinhamentos e ideologias de classe. Questionam a política instituída, como se agissem “de costas para o parlamento”. Que chances tal situação abre para o avanço de formas políticas mais emancipadoras? O que tipifica o ativismo atual no que diz respeito ao Estado e à democracia? Tudo somado, que critérios devemos seguir para compreender de modo articulado a dinâmica desencadeada pelos múltiplos personagens que interagem na cena urbana?

IX. 25 de maio - Mesa-redonda: Formas e possibilidades de participação: as ruas, os movimentos, a política.

Marcelo Castañeda (UERJ) e Andrea Roca (Sociologia USP, bolsista FAPESP)

As ruas estão ativas, com ações “horizontais” e pautas múltiplas, focadas na questão dos direitos (mobilidade, saúde, educação). Novas modalidades de manifestação contrastam a atuação tradicional dos setores mais organizados, com pautas simplificadas e ações “verticais”, focadas em interesses e demandas materiais (terra, moradia, salários). A dimensão dos direitos e a dimensão dos interesses continuam a se entrelaçar, mas sem maior articulação. O único elo que entre elas se estabeleceu é o reconhecimento de que na base de tudo há um gigantesco mal-estar social – ora expresso na má qualidade de vida, ora na falta de boas políticas públicas, ora no medo da inflação e do desemprego – e a distância em relação à política institucionalizada.

X. 01 de junho - Mesa-redonda: Protestos, indignação e dissonância: a violência nas ruas.

Bruno Paes Manso (Jornalista) & Sérgio Adorno (USP)

A violência explode quando a democracia não encorpa como valor e os governos não civilizam seus aparatos e não produzem resultados. Anda junto com a exclusão, o crime, a exploração. É produzida sistematicamente pela ação policial, que não encontra um modo de conviver com o conflito social. Em épocas de má política e muito espetáculo, a indignação tende a confluir para a busca de um lugar que dê visibilidade, e a violência pode ser um recurso. Há algum tipo de política nela? Não há somente “black blocs”. Muitos dos que batem e quebram são revoltados, gente que quer dar um basta à vida infame que se leva na periferia e nos espaços urbanos. A violência também aparece na condição dos moradores de rua e dependentes de drogas

pesadas, que estão invariavelmente desprovidos de direitos e não são alcançados por políticas públicas efetivas. E há a recorrente violência policial e o emprego de estratégias militarizadas de gestão dos espaços urbanos considerados de “risco”. Como interpretar a violência que parece acompanhar os protestos urbanos? Trata-se só de reação à repressão policial? A “violência simbólica” tem função política e pode contribuir para a contestação democrática do sistema?

OBS.: Programa sujeito a alterações.

Carga horária

O curso contará com quatro horas de aula, uma vez por semana, às quartas-feiras, período da manhã, entre 9h e 13h, totalizando 40 horas-aula (7 aulas-conferências e 3 mesas-redondas), e será realizado nas instalações da Biblioteca Latino-Americana do Memorial da América Latina.

Inscrições

Inscrições gratuitas, sendo necessárias cópias dos seguintes documentos:

- curriculum vitae
- certificado de matrícula em curso de pós-graduação ou certificado de conclusão de curso superior emitidos pela instituição de ensino à qual pertence ou que cursou;
- RG ou equivalente legal;
- Carta de manifestação de interesse pelo curso, em até 01 página.

Esses documentos deverão ser encaminhados, até o dia **25 de março de 2016**, para o seguinte endereço eletrônico: **catedra@memorial.sp.gov.br** ou entregues pessoalmente na Biblioteca Latino-Americana do Memorial da América Latina, no horário das 10h às 18h, de segunda a sexta-feira.

Público-Alvo

Graduados, pós-graduandos e pós-graduados nas áreas das Ciências Humanas; professores e profissionais que trabalham em empresas ou órgãos públicos com interesses específicos na temática do Curso.

Certificados

Serão emitidos certificados aos alunos que comparecerem no mínimo em 70% das aulas (7 aulas).



Número de vagas

100 vagas (haverá um processo de seleção baseado na formação escolar e no currículo caso o número de inscritos ultrapasse o total das vagas disponíveis).

Esclarecimentos de dúvidas e informações adicionais

Poderão ser obtidos com Rosângela Moraes ou Eduardo Farsetti, pelo endereço eletrônico: catedra@memorial.sp.gov.br ou pelo telefone **(55 11) 3823-4603**.

Profa. Dra. Marília Franco

Coordenadora da Cátedra Unesco Memorial da América Latina
Diretora do Centro Brasileiro de Estudos da América Latina-CBEAL